

das seguintes palavras com que se manifesta sobre o assumpto:

«Nascido da violencia o Estado não se tem conservado nem se transformou senão pela violencia.

As guerras externas e as revoluções internas foram as causas desta transformação.

Pelas primeiras os povos vencidos, mas não assimilados, se livraram da tutela de seus senhores, pelas segundas impuzeram limites aos poderes do Estado, afim de impedir os abusos e as oppressões ás quaes se entregam facilmente aquelles que detem, em suas mãos o comando.»

Mas, elle depois se explica, mostrando que a violencia não é um estado normal, isto é, permanente e que outros factores, concorrem depois para manter a autoridade do Estado.

Entre estes factores, aponta a religião e a tradição, mas o phenomeno religioso, cada vez mais se separa do phenomeno politico, de modo que a força, a tradição e o prestigio pessoal ficam, como bases, para manterem o Estado.

E como as tradições attenuam a sua acção em vista do desenvolvimento intellectual e do progresso moral dos povos, e o prestigio pessoal diminue a sua influencia com o augmento da civilização, conclue que a autoridade, nos Estados modernos, passa por uma crise muito accentuada.

René Worms, depois de um estudo comparativo e criterioso, feito entre as modificações soffridas no Estado moderno, assim como sobre as reacções apresentadas, em epochas diversas da Historia, chega á conclusão de que

o Estado, no actual momento, marcha para uma democracia perfeita.

Eis como elle se manifesta:

«Nós não queremos nos pronunciar, sobre estas theses contrarias.

Diremos unicamente que os esforços tentados, por aquelles que sonharam uma volta ao passado, nos parecem bastante vãos — ao menos em nossa patria, onde estamos em condições de melhor apreciar-os.

A França e, tanto quanto nós podemos julgar, todo o mundo civilizado, parecem resolutamente ligados ao principio fundamental da democracia.»

Mas ainda pergunto o que é o Estado?

Qual a sua concepção actual, a sua essencia intima?

Reconheço que tenho talvez abusado do leitor, nas citações longas e minuciosas dos diversos autores, podendo omittil-las, como costumam fazer muitos escriptores.

Mas, julgo que certos e determinados assumptos são tão subtis, afastam-se de tal modo do pensamento dominante, no meio social, que só devem apparecer sempre defendidos, pelos nomes dos grandes mestres, principalmente, em um trabalho desta natureza.

De um estudo comparativo entre o Estado antigo e o Estado moderno tem, alguns sociologos, chegado a conclusões interessantes.

O Estado antigo, mais forte, para chegar aos seus designios, impunha aos individuos os seus proprios fins, isto significa que o individuo era dominado completamente pelo Estado; na epocha moderna, pelo contrario, seria o individuo que orientaria o Estado, aos seus fins, im-

pondo-lhe uma direcção que viesse favorecer seus proprios interesses.

Isto demonstra que, no Estado antigo, dominava a força e, acima de tudo, o ideal da collectividade, de sua grandeza, diante da qual, o individuo se annullava, e no Estado moderno predomina a aspiração da felicidade individual.

Resumindo a questão, perguntam alguns autores: a sociedade deve existir, para a felicidade dos individuos ou os individuos para a grandeza e progresso das collectividades?

Entretanto, como acontece sempre em assumptos desta natureza, a verdade parece existir em um meio termo, entre as duas proposições que se completam.

Luiz Gumpowicz combate esta orientação, mostrando que o Estado não pode mudar de natureza, porque «elle será sempre a consequencia do dominio de um grupo, sobre o resto da sociedade.»

René Worms por sua vez critica esta concepção não encontrando opposição entre os fins do individuo e do Estado.

Julga que aquelle modo de se manifestar traduz um certo mysticismo que se torna para elle incomprehensivel, pois que as idéas e a vontade do Estado são as idéas e as proprias vontades de um certo numero de individuos que constituem o governo.

René Worms ainda julga que não existe antagonismo de concepção entre a antiguidade e os tempos modernos, mas entre o começo da antiguidade e o seu fim e entre os primeiros tempos da idade moderna e a epoca contemporanea.

Mas, eu faço uma observação, nesta concepção de René Worms, porque a epoca moder-

na apresenta uma mentalidade que a afasta de qualquer epoca da antiguidade.

O movimento democratico é um phenomeno que se tem repetido, nas grandes civilizações, todas as vezes que as camadas inferiores, influenciadas pelos factores psychicos, procuram conquistar as posições superiores e obter privilegios, mas, entre as democracias antigas e as democracias modernas e entre a organização do Estado, em Athenas e na Inglaterra, existe um verdadeiro abysmo.

É necessario não querer divizar, para não reconhecer que a organização de Athenas, que admittia a escravidão, não pode ser igualada á democracia ingleza ultra-liberal.

Entretanto, René Worms admitte que o Estado, em sua marcha geral, segue uma democratização crescente.

«Organizado a principio no interesse de uma minoria, tende a existir no interesse da maioria e deve-se esperar que acabará, por existir no interesse da totalidade da nação.»

Mas, uma pergunta se impõe logo ao espirito do observador:

Qual o fim do Estado?

Pode-se, com precisão, determinar este fim, nas differentes epocas e nas differentes formas que effectuam as collectividades?

Kant e Spencer defendem a theoria de que o Estado não tem outro fim, senão proteger e garantir os direitos do individuo.

Nestas condições, como affirmam alguns auctores que as criticam, o Estado é uma especie de sentinella postada, para a defesa da liberdade individual, mas que se desinteressa das oppressões, das injustiças que se possam effectivar no terreno economico, a não ser aquellas

que venham, porventura, ferir certas leis intencionalmente estabelecidas.

Outros julgam que a acção do Estado deve se estender, em um campo muito mais vasto, promover, por todos os meios, a justiça e a felicidade dos individuos.

Intervir, nos problemas economicos, supprimir a propriedade, presidir a distribuição das riquezas, afim de evitar as oppressões effectivadas indirectamente, por meio do capital.

Elle deveria intervir ainda mais directamente, na vida do individuo, desde quando esta intervenção torne-se necessaria, para a realidade da justiça e para evitar, tanto quanto possível, a exploração do homem pelo homem.

Mas, estas doutrinas foram, como era natural, fortemente combatidas, pelos seus inimigos que logo procuraram destrui-las, não mais pela logica, porem até com a força aniquiladora do ridiculo.

Cognominaram de «Estado Policia» a instituição idealizada por Spencer e ainda chamam de «Estado Providencia» a concepção dos estatistas.

Vê-se, portanto, que tive razão em dizer que, nestes assumptos, o leitor deve conservar-se sempre prevenido, contra as subtilezas e as idéas preconcebidas dos escriptores.

A critica destas duas theorias é complexa e se manifesta, sob as mais variadas formas, nos discursos e até, em simples palestras, conforme as idéas, os sentimentos e os interesses dos seus defensores.

Outras theorias ainda admittem a existencia das sociedades, sem a instituição do Estado, mas provocaram tal antagonismo, no meio social, que os seus defensores não são mais com-

batidos, pelo ridiculo, porem com todo o rigor de leis previamente estabelecidas, para os seus casos.

Hoje os anarchistas, devido mesmo aos exageros de suas doutrinas e a violencia dos seus meios de acção, são considerados, em alguns paizes, como elementos indesejaveis.

Entretanto, certos escriptores admittem que a sociedade, pode existir sem o Estado, sendo entregue a orientação dos individuos a uma organização profissional, cabendo aos diversos syndicatos, mixtos, patronaes ou operarios, a defesa dos multiplos interesses da collectividade e ficando, sob a direcção das universidades, a vida espiritual da nação.

Parece, entretanto, que, esta pluralidade de governos sem um centro commum de ordenação, não pode dar um resultado satisfatorio e seria apenas um meio caminho para a anarchia.

Alem disto, uma observação minuciosa deixa ver que o Estado continua a existir, nesta concepção, apenas fragmentado, subdividido pelos differentes grupos, porque a autoridade continua, do mesmo modo, a dominar tambem subdividida.

O Dr. Graccho Cardoso, cuja intelligencia luminosa e culta o colloca, como uma das mentalidades mais poderosas e que mais brilhantemente se destacam no mundo intellectual sergipano, e com a visão larga e profunda que o distingue, assim se manifesta:

«Para subsistir como instituição politica, o estado exige a subordinação de todos os elementos que compoem a sociedade.

Sem a existencia dessa autoridade central, por todos respeitada ou reconhecida, as nações

acabariam por se dissolver ou se abysmariam na anarchia

A soberania é de todos o attributo mais imprescindivel á personalidade de uma nação.

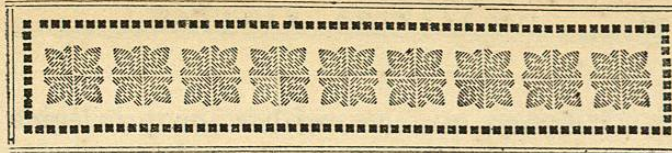
E' inherente a sua propria natureza.

Algum tempo prevaleceu o falso conceito de que a soberania era um attributo individual.

As opiniões mais modernas, porem, reconhecem ser uma prerogativa exclusiva do povo em que cada uma das nações politicamente se organisa.»

Tem razão, portanto, o illustre jurisculto sergipano, porque a sua autorizada palavra de mestre e acendrada cultura provam brilhantemente os conceitos que apresenta.

Não se pode absolutamente conceber uma sociedade, adiantada, isto é, uma sociedade ja diferenciada, dividida em agrupamentos secundarios, fazendo parte, portanto, do grupo das sociedades heterogeneas sem a instituição do Estado; e, sem a sua influencia, os povos seriam apenas um amontoado de seres sem um poder coordenador que disciplinasse as energias individuaes, tão contrarias aos interesses do grupo e ao mesmo tempo tão poderosas e variadas.



CAPITULO XVII

ESTRUCTURA ECONOMICA

A INFLUENCIA do Estado, na economia social, é importante, manifestando-se esta acção na sociedade por diversos meios.

Actualmente, com a organização democratica, o Estado presta grandes serviços ao desenvolvimento economico da sociedade, alguns dos quaes indirectos e cujos efeitos somente, depois, se manifestam claramente.

Deste modo, os governos mantêm ministerios, como os da fazenda, trabalhos, agricultura, viação, etc. cujo fim é orientarem o desenvolvimento da riqueza publica.

Outras vezes, auxilia monetariamente aquellas industrias, cujo desenvolvimento difficil e custoso, no principio, necessita de um amparo directo e efficaz.